



O ACESSO DOS PRIMEIROS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE IGUATU/CE

José Douglas de Abreu Araújo (1); Ms. Damião Michael Rodrigues de Lima, Orientador (1)

*Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará - campus Iguatu, douglasabreu@live.com (1);
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Cedro,
michael_dmrl@hotmail.com (1)*

INTRODUÇÃO

Com o acesso de alunos com Deficiência Intelectual (DI), nas escolas comuns de ensino médio da cidade de Iguatu/CE, existe a urgência em avançar nas práticas pedagógicas que privilegiem o desenvolvimento social, acadêmico e autônomo desses educandos. Para que ocorra essa mudança nas instituições que recebem a matrícula de estudantes com DI, faz-se necessário romper os estereótipos negativos historicamente construídos em torno deles e conhecer o processo histórico de lutas e conquistas desbravado por essas pessoas.

Este estudo é o resultado de uma pesquisa sobre o processo de inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual nas escolas de ensino médio da rede estadual de Iguatu/CE. A rede de educação estadual do município precisa de uma reorganização para acolher os estudantes com DI, ficando necessário as escolas irem à busca de conhecimentos e informações aprofundando seus conceitos acerca do tema, possibilitando compreender as especificidades no desenvolvimento do aluno e estratégias renovadoras de um novo olhar no ensino, que crie possibilidades e envolva o aluno no ensino-aprendizagem, ampliando a educação para que possa ser acessível a todos principalmente resgatando aquelas pessoas que são historicamente excluídas da sociedade por função de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência, entre outros.

A postura Inclusiva nas escolas que recebem pessoas com deficiência nasce da busca pelo conhecimento e por meio da sua adaptação para atender as diversidades e o envolvimento de toda comunidade construindo posturas em coletivo com a participação de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

todos os alunos com ou sem deficiência, promovendo a diversidade, a aceitação das diferenças e a igualdade, criando ações construtivas para a formação de um aluno cidadão.

O presente estudo objetivou refletir sobre o acesso dos alunos com DI nas escolas do município de Iguatu cidade do Ceará. Para esse estudo apresenta-se um pensar do atuar das escolas diante da matrícula desses alunos a partir da observação e visita nas instituições de responsabilidade dos mesmos, visando os diferentes paradigmas e concepções educacionais voltados para a pessoa com DI, enfatizando a importância da inclusão desses privados anteriormente na história de usufruir de seu direito como cidadão.

METODOLOGIA

Este trabalho consistiu por meio da abordagem qualitativa, através da exposição de métodos descritivos e observacionais das ações vivenciadas nas escolas estaduais de ensino médio da cidade de Iguatu/CE. A pesquisa qualitativa é a inserção que o pesquisador está centrado no “[...] aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização [...]” (GOLDENBERG, 2003, p. 14), indo além das aparências para o encontro do diáfano das coisas através da análise.

As escolas que entraram no campo da pesquisa foram Antônio Albuquerque, Filgueiras Lima, Governador Adalto Bezerra e Liceu de Iguatu Dr. José Gondim, situadas na cidade de Iguatu Ceará zona urbana, ofertando a educação básica, ensino médio. O público alvo da pesquisa foram os alunos com Deficiência Intelectual (DI), que ingressaram no ensino médio no ano letivo de 2015. O Ensino médio é ofertado pela rede estadual, responsável por assegurar um ensino de qualidade.

Na coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: documentos, levantamento bibliográfico e conversas informais com profissionais da educação, nas visitas as instituições. Como técnica para a coleta dos dados foram realizadas visitas em quatro escolas públicas estaduais de Ensino Médio na cidade de Iguatu/CE, como também na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 16 (CREDE 16) e a Secretaria de Educação Municipal. O levantamento bibliográfico consistiu acerca do tema a partir de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

material já elaborado e disponível na forma de livros, artigos, periódicos, teses, dissertações, documentos legais, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pessoas com deficiência desde o começo da humanidade foram rejeitadas e eliminadas depois viveram em um protecionismo e assistencialismo beatificado, ficando invisível e fora do convívio social. O processo histórico demonstra que a luta pelo resgate da cidadania e da dignidade humana levaram ao começo de uma inclusão por meio da legislação específica para esse público na sociedade.

No Brasil, dentre os direitos a serem garantidos está o acesso à educação comum, essas pessoas saem dos hospícios, das terapias, da execução de trabalhos e da exclusão escolar passando a ter direito a educação escolar. Com a conquista da LDB n.º 4.024/61¹ que trata da educação de excepcionais dá-se início a um caminho de estudos e debates onde tem como foco a inclusão social destas pessoas e a garantia da educação para elas. A Constituição Federal de 1988 avança na legislação brasileira com seus princípios, combatendo o preconceito e a desigualdade e garantindo os direitos as pessoas com deficiência.

Com a Declaração de Salamanca em 1994, que objetivava uma inclusão social, fazendo referência a uma inclusão educacional começa a abrirem-se as portas das escolas comuns para o público alvo da educação especial, acolhendo a todos independente de suas condições combatendo toda e qualquer descriminalização.

No decorrer da história da educação das pessoas com deficiências, podemos dividi-las em fases principiando “com um longo período de exclusão social das pessoas com deficiência, passou para a segregação institucional, daí para a integração social sob diferentes formas e finalidades para a inclusão social” (SASSAKI, 1997, p.13).

Com esse processo acendeu espaço para as pessoas com deficiência acessar a educação comum e garantir a sua permanência, trazendo alunos das escolas especiais para as escolas comuns ofertando dentro dele o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro a primeira foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

vem “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, Art 2º).

Nos dias atuais a vitória das pessoas com deficiência é a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de No – 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura a igualdade, direito e liberdade as pessoas com deficiência visando a sua inclusão social. Em relação a educação a lei no seu capítulo VI reafirma novamente o direito a educação: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, Art. 27).

As conquistas dos alunos com deficiência a qualidade de educação em todos os níveis de aprendizagem amparado e protegido de todas as formas de discriminação e preconceito, incluindo e dando o seu devido lugar na sociedade. Proporcionando a este público, acessibilidade, serviços, tecnologias assistivas e qualquer impasse que venha a prejudicá-la na sua integridade pessoal, ou violar o seu direito.

Dentro os alunos com deficiência que começaram a frequentar as escolas encontram-se as pessoas com Deficiência Intelectual (DI), eles surpreenderam a sociedade quando caminharam para uma participação em todas as esferas sociais. Os alunos DI começaram sua trajetória para a sua emancipação com todos seus direitos garantidos. A luta de seus familiares e profissionais dedicados que acreditaram em sua capacidade de ser diferente mais iguais, pois a diferença faz parte do ser humano. Como em seu percurso histórico junto com os demais deficientes, aconteceu o seu processo escolar, aonde também viveram o fenômeno da exclusão, segregação passando pela integração e chegando até uma inclusão na escola comum sem negar a educação especial - necessárias para quebrar as barreiras ainda existentes.

Para entender o que é a deficiência Intelectual que rapidamente nos faz associar a dificuldade de raciocínio, a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento² (AAIDD), utiliza um modelo multidimensional, para conceitua-la e

² A American Association on Mental Deficiency (AAMD) – Associação Americana de Deficiência Mental (AADM) é uma associação que advoga sobre questões pertinentes a deficiência intelectual. Surgida em 1876 é considerada a mais antiga e a maior organização a tratar de assuntos relacionados a deficiência intelectual. Em 2006, membros da associação votaram para mudar o nome da organização, passando a ser denominada American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), em português seria Associação Americana de Desenvolvimento de Habilidades Intelectuais (AADHI). A organização possui membros nos Estados Unidos da América e em mais 55 países.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

explicar a DI dividida por dimensão “I: Habilidades Intelectuais; Dimensão II: Comportamento Adaptativo; Dimensão III: Participação, interações, papéis sociais; Dimensão IV: Saúde; e Dimensão V: Contextos” (AAIDD, 2002).

A limitação que se encontra nas pessoas com DI está no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, ou seja, pode estar na comunicação, autocuidado, na vida diária, adaptação social, saúde e na segurança, segundo a AAIDD (2002) “habilidades práticas, sociais, conceituais, que se originam antes dos dezoito anos de idade”. O Decreto nº. 3.298/99, alterado pelo Decreto nº. 5.296/04 confirma a conceituação do DI, “o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades” (BRASIL, 2007, p. 24, 5).

As conquistas foram imensas, dentre elas a entrada e passagem pelo ensino fundamental, superando desafios imensos e transpassando barreiras junto às escolas, colegas de classe a família e a comunidade. Entre estes desafios o tirá-las da institucionalização onde os segregava.

Na cidade de Iguatu/CE os alunos com DI ingressaram no ensino fundamental na rede municipal de educação com a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Antes deste ingresso existia a escola Doutor Carlos de Gouveia, era tida como uma escola especial que atendia a alunos com Deficiência Visual (DV) e Deficiência Auditiva (DA), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que acolhia as demais deficiências entre elas a DI. Em 2011 o censo escolar contabilizava duzentos e vinte e seis (266) alunos com deficiência e a implementação de quatorze (14) SEM, e as pessoas com deficiência foram para as escolas comuns, alguns continuaram na APAE de Iguatu.

Com a inclusão nas escolas e o atendimento especializados esses alunos contaram ainda com o apoio do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NOAPE) e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Casa Azul), dando suporte aos alunos, na escola ainda contavam com um monitor da inclusão, nas salas de aulas comum, eram acadêmicos que recebiam uma bolsa para auxilia-los junto ao professor.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A nova experiência educacional inclusiva do ensino fundamental no município de Iguatu/CE, foi exitosa pois alunos com DV e DA, abraçavam o ensino médio e continuavam sua vida acadêmica no ensino superior. Na região vários alunos cegos e surdos conseguiram ingressar na Universidade Estadual do Ceará (UECE), com o curso de letras, e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o curso de letras libras.

Em 2015 a vez do acesso ao ensino médio que é ofertado na cidade pelo estado, foi dos deficientes intelectuais. Alguns deles terminaram o fundamental e foram para a APAE de Iguatu. Os alunos com DI conseguiram desbravar o ensino médio e ocupar o seu lugar de direito nas escolas estaduais e ainda com a ofertado o AEE de frequência facultativa.

Uma exitosa conquista na inclusão educacional da cidade. O problema é que as escolas de ensino médio não aguardavam a chegada deste público de alunos, os professores não tinham formação e nem entendiam do assunto, apenas aquele pré-conceito existente perante a temática ou o curso de LIBRAS como cadeira obrigatória da sua graduação. A CREDE 16, responsável pela região e assim situada na cidade de Iguatu/CE, que tem por objetivo a melhoria da qualidade da educação básica, não conhecia a respeito das pessoas com DI nas escolas de ensino médio. Neste momento a CREDE 16 junto as escolas, o núcleo gestor e professores, encontravam-se perdidos frente a esta nova fase das escolas estaduais da cidade.

Entre as falácias, a mais comum entre os profissionais da educação eram as interrogações de como iriam trabalhar com aqueles alunos, ou de como os alunos com DI iriam ter acesso ao conteúdo. O medo que surge do despreparo da escola e dos profissionais, causa uma resistência interior em aceitar a diversidade. Aparecendo as crendices historicamente criadas das pessoas com deficiência, que leva os profissionais a colocar estes conceitos à frente da cidadania ou anular a ética da responsabilidade. Os alunos surdos e cegos já inseridos no ensino médio, são também questionamento de como e por onde trabalhar, só que com facilidade a aceitação foi se construindo e o caminho sendo aberto. O fato que muitos questionam que os DV e os DA não tinham comprometimento cognitivo e agora estavam a frente de uma situação nova e desafiadora.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na cidade de Iguatu com cinco (5) escolas urbanas e uma (1) rural ofertando o ensino médio com 1ª, 2ª e 3ª série. Das seis (6) escolas, quatro (4) na zona urbana receberam alunos com DI, são elas: Antônio Albuquerque com dois (2) alunos, Filgueiras Lima com quatro (4), Governador Adalto Bezerra com um (1) e Liceu de Iguatu Dr. José Gondim com um (1). Destas escolas a primeira e a última já trabalhavam com alunos com deficiência auditiva e visual, e apenas nestas duas é ofertado o AEE. A escola dita comum “se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas” (SEESP/ SEED/ MEC, p.9, 2010). O fato destes alunos terem chegado a estas escolas e se matriculado não é a inclusão em ato, Blaco (2002, p.31), coloca que “a instituição tem que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que esta pessoa necessita em sua singularidade para ter êxito no objetivo de integrar”.

As duas Salas de Recurso Multifuncional (SRM) na cidade com a sua implementação por meio da portaria nº 13, de 24 de abril de 2007, que tem por objetivo apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE são do tipo II, com todos os recursos ofertas, equipamentos e mobiliários, materiais didáticos e de acessibilidade como também nas duas salas ainda são confeccionados pelos professores materiais acessíveis para trabalhar com os alunos. As SRM começam a se destacar nas escolas pelo seu papel auxiliador as salas inclusivas demonstra-se com um desenvolvimento no ensino diferenciado se destacando muitas vezes da sala de aula comum pois “o trabalho com pequenos grupos é estimulado, permitindo melhor acompanhamento do aluno, favorecendo trajetórias de aprendizagem mais individualizadas sob a supervisão de um docente com formação específica”. (BAPTISTA 2011, p.70).

O ano letivo de 2015 marca uma etapa na inclusão dentro destas escolas e na referida cidade, na ocasião era imprescindível um engajamento de todo o sistema educacional, do aluno aos profissionais da educação, abrangendo a escola em um todo da sua política, estrutura física, abrangendo a família e a comunidade. “A inclusão do aluno deficiente



sensorial no ensino regular, é muito mais do que a simples socialização, representa o combate à separação, o respeito e a consideração da existência das diferenças humanas” (FERREIRA, 2005, p. 21).

Essas escolas postas como palco da diversidade, incluindo o diferente, aquilo que se encontra fora dos padrões estereotipados pela competitividade e do mercantilismo educacional estão frente a uma proposta de inclusão “esses alunos independente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser matriculados diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades na classe regular” (GLAT E OLIVEIRA, 2013, p. 12).

Com a acolhida dos alunos DI dentro das salas, era necessário um trabalho com todos os segmentos das escolas e com o núcleo gestor e novas práticas pedagógicas auxiliadas pela LDB nº 9.394/96, “no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades” (PNEE, 2008, portaria nº 948/2007). O direcionamento posto agora nas escolas era a sua adaptação aos alunos, rompendo barreiras e salvando as diferenças como possibilidades da construção de conhecimentos e experiências postas ao desenvolvimento humano possibilitando uma aprendizagem eficaz e cidadã e ofertando o AEE, a educação especial numa proposta inclusiva.

Dentre todas as atribuições dos professores do AEE que consistem em eliminar barreiras que interfiram no ensino dos alunos, promover situações de estimulação do mecanismo cognitivo, acompanhar o aluno em sala de aula como em recursos, e tecnologias assistivas, adaptar materiais adequados e necessários de alta ou baixa tecnologia, e a orientação com os professores da sala comum, que agora passam a ser um por disciplina dividida por áreas de conhecimento. Os mesmos professores das duas escolas passaram a desenvolver projetos com ações voltadas exclusivamente para a conscientização e o conhecimento inclusivo junto aos alunos, professores e núcleo gestor. A partir destas atuações a coordenadoria passou a desenvolver ações com os técnicos da educação e os gestores.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Com os alunos as ações consistiram em palestras, oficinas, cinema e conversa informal. Os resultados foram extremamente positivos, a aceitação dos colegas da sala foi favoráveis e totalmente diferente do começo do ano letivo. Os alunos com DI passaram a ter amizades e parcerias dentro da sala de aula. A interação foi efetivada, necessitando de ações que fortaleçam essas relações. Os alunos com DI ficaram confiantes, e acolhidos dentro da sala de aula e na escola, ajudando também no trabalho com os professores que passaram a identificar maneiras que possam ser ponte de acesso à aprendizagem dos mesmos.

Com os profissionais da educação dos gestores aos professores, foi realizado momentos de conscientização e formação, com palestras, relatos de experiências, oficinas, participação e intervenção em todos os planejamentos das áreas de conhecimento e estudos em grupos. O debate tem sido constante, o planejamento e as orientações frequentes o que facilitou no trabalho de ambas as partes. É fato que existe a necessidade de um aperfeiçoamento aos professores da sala comum, os professores do AEE incentivam para a busca individual para usa formação pois o estado não está a fornecer cursos direcionados.

Com a experiência e iniciativa dos professores do AEE de trazer a temática em discussão junto aos alunos, professores e família, a CREDE 16 vendo a necessidade de um debate e uma expansão do conhecimento acerca da Educação Especial na proposta inclusiva como do trabalho com os alunos com DI, elaborou com a Técnica Diversidade e Inclusão Educacional e a Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CEDEA) uma proposta de debate através de atividades mensais com técnicos, gestores, professores da sala de aula comum e os professores das SRM de toda a região Centro Sul que abarca cidades vizinhas que é de sua responsabilidade. Os encontros são mensalmente e abordados diversos temas, relatos de experiência, e debates com profissionais de outras áreas, que acrescentam na temática, visando uma melhor qualidade de ensino e uma formação para os professores.

Com a intervenção da coordenação da CREDE 16, professores do AEE e convidados o trabalho ficou direcionado, as mistificações acima da deficiência intelectual sendo rescindidas, e os professores passaram a buscar conhecimentos e práticas para se trabalhar



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

com os alunos. “O professor inclusivo deve adotar uma metodologia não convencional com recursos alternativos e inovadores. Seu trabalho individual e solitário cede lugar ao trabalho em grupo, buscando coletivamente as soluções e alternativas pedagógicas” (FURTADO, 2007, p. 93). As peculiaridades dos alunos foram sendo conhecidas, os seus potenciais de aprendizagem e o caminho que facilita a sua forma de aprender descobertas, fazendo assim uma inclusão efetiva dentro de escolas comuns, que não estava preparada para acolher aos deficientes intelectuais, mesmo assim vai à busca de mudanças favoráveis a esse público da educação especial buscando preparativo para faz a diferença no que condiz com uma real inclusão escolar.

Os alunos com DI frequentam assiduamente a escola, participando de todas as atividades e os profissionais buscam garantir oportunidades para o seu aprendizado, as turmas agem naturalmente com o colega não o estereotipando ou excluindo, mas vivenciando as etapas educacionais de forma gradativa com toda a sala.

O que se nota com o estudo é a necessidade de uma inclusão efetiva, com capacitação e qualificação dos profissionais da educação, recursos adequados, condições que possibilitem o trabalho, nova metodologias que possam assegurar novas habilidades e desenvolvimentos para estes alunos e a confiança e credibilidade, ou seja acreditar no seu potencial, que são capazes de aprender e nos surpreender como fizeram em todo esse processo histórico de luta.

O trabalho na educação de alunos com Deficiência Intelectual na cidade de Iguatu, Ceará começa em 2015 e vai continuando por uma jornada enfrentando desafios e transformando escolas despreparadas para preparadas, é preciso uma continuidade para a construção de uma efetiva inclusão para essas pessoas que com seu acesso nas escolas de ensino médio, participem, contribuam e pertençam a comunidade escolar.

CONCLUSÕES

Os alunos com deficiência intelectual no seu processo histórico de luta pelos seus direitos e igualdade na sociedade, vem rompendo barreiras principalmente na desconstrução de concepções e paradigmas voltados as pessoas com DI e a sua educação. Elas possuem hoje



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o direito de estudar numa escola comum, ter acesso ao trabalho e a todos os campos da vida social.

O trabalho entre professores da sala comum, da SRM e dos demais da comunidade escolar, proporcionou estratégias e recursos que auxiliaram no desenvolvimento dos estudantes. Os problemas foram sendo trabalhados, e os profissionais da educação mudando de mentalidade, passando a ver os estudantes com deficiência intelectual como sujeitos com um ritmo de aprendizagem diferente, seres singulares em desenvolvimento, capazes de aprender, desde que aqueles que estejam ao seu redor acreditem no seu potencial. Os professores passaram a ensinar sem medo buscando e utilizando estratégias planejadas com os outros professores e o professor do AEE, para uma aprendizagem satisfatória. “A inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo” (MANTOAN, 2006, p. 15).

Dentre todo este contexto e as angústias em torno de proporcionar um ensino adequado a diversidade de alunos e a suas necessidades, toda a comunidade escolar não imaginava que ao final do primeiro semestre de 2015, iria se deparar com uma nova visão de ensino e aprendizagem, e que a entrada dos alunos com DI ajudaria a visualizar os demais alunos e suas especificidades. Nesta proposta foi de extrema importância o apoio dos professores da SRM.

O presente estudo demonstra que os alunos com DI da cidade de Iguatu/CE estão recebendo o atendimento e apoio necessário para sua inclusão na escola comum, não só eles mas também os demais professores estão desfrutando de apoio através de parcerias com instituições, escolas, secretarias, professores da SRM e técnicos da CREDE. O compromisso de construir uma escola inclusiva e acolher as pessoas com Deficiência Intelectual acreditando na sua capacidade de aprender, transformando o ensino focado na qualidade e na responsabilidade incluindo e acolhendo a diversidade.

REFERÊNCIAS



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, p.59-76, 2011.

BLANCO, Maria Rosa. **Implicações educativas do aprendizado na diversidade**. Gestão em Rede 38, Edição Temática – Como realizar o ensino inclusivo, 2002, pp. 06-11.

BRASIL, CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

_____. *Decreto no 3298 de 20 de dezembro de 1999*. 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de Nº – 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/L9394/96.htm>>. Acesso em 10 ago. 2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. (2008). Grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2997, Brasília.

FERREIRA, J. R. **Reformas educacionais pós LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. IN: SOUZA, D. B; FARIA, L. C. M. (Orgs) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB. Rio de Janeiro, DP&A, p. 372-390, 2003.

FURTADO, M. R. S. **As armadilhas da educação inclusiva: um estudo de caso em uma escola da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte**. 2007, 122f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GLAT, R. & OLIVEIRA M. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação Inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração, v. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p. 22-27, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar-caminhos e descaminhos, desafios e perspectiva**. **Ensaios Pedagógicos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA, Educação Especial. (2010). Gerência de Educação especial. Brasília: Ritla.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: 1997, WVA.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SEESP/ SEED/ MEC, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva, Fascículo I, Brasília, 2010.